

REQUERIMENTO Nº DE 2019

Requer ao Senhor Ministro de Estado da Educação, informação acerca de informações sobre o financiamento do ensino superior e a regulamentação dos fundos patrimoniais.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, informações sobre o financiamento do ensino superior e a regulamentação dos fundos patrimoniais.

Nesses termos, requisita-se:

1. Há previsão de implementação do disposto na lei nº 13.800 de 2019, que "autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais"? Quais os prazos e ações previstas para que seja possível às Instituições de Ensino Superior a implementação da captação de recursos por meio de fundos patrimoniais?

2. Dadas as últimas ações de contingenciamento de orçamento das Universidades Federais, o Ministério tem trabalhado no desenvolvimento de alternativas para o financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito das instituições públicas de ensino superior? Em caso positivo, quais seriam as alternativas?

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente foram publicados contingenciamentos nos orçamentos das diversas unidades orçamentárias do Ministério. Especialmente nas Universidades e Institutos Federais, nota-se um bloqueio em torno de 30% do recurso discricionário das instituições. Sem entrar no mérito dos critérios utilizados para a realização do bloqueio, cabe-nos questionar como será possível às Universidades manterem os compromissos previamente firmados caso os bloqueios de fato se revertam em cortes no orçamento. Nesse sentido, parece-nos importante esclarecer se o Ministério tem se preocupado em estabelecer formas complementares de financiamento do ensino superior. Tendo em vista a aprovação da Medida Provisória nº 851/2018, convertida na lei nº 13.800 de 2019, questiona-se quais os próximos passos para que a normativa possa ser efetivada e se o Ministério tem desenvolvido, para além desta alternativa, outras formas de financiamento da Educação.

Sala das Sessões, de maio de 2019.

Deputada TABATA AMARAL

PDT/SP